



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER N.º 058/18 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

Substitutivo n.º 003/18 ao Projeto de Lei Ordinária n.º 023/18, de autoria do Ver. Joelson Santiago, que “dispõe sobre a segurança e a proteção à infância e à juventude no ambiente educacional no Município de Formosa, Estado de Goiás e dá outras providências”.

Relator: Ver. Miguel Rubens.

#### I – Relatório

O Ver. Joelson Santiago propõe sugerir às instituições de ensino e às creches, públicas e privadas, manter um sistema permanente de vigilância eletrônica.

#### II – Análise

Inicialmente, no que respeita a competência legislativa municipal para dispor sobre a matéria objeto da proposição analisada, importa destacar o disposto no inciso I do art. 30 da Constituição Federal, que dispõe:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

[...]

Nesse contexto, na medida em que, à evidência, dispor acerca da instalação de sistema de vídeo-monitoramento em escolas da rede pública municipal de ensino é assunto de interesse local, tem-se por competente o Município para legislar sobre a matéria. De outro lado, cumpre observar que na estrutura federativa brasileira, os Estados-membros e os Municípios não dispõem de autonomia ilimitada para organizarem-se.

Em sendo assim, por simetria, impõe-se a observância pelos entes federados inferiores (Estados-membros e Municípios) dos princípios e regras gerais de organização adotados pela União. Ao organizarem-se, portanto, Estados-membros e Municípios estão obrigados a reproduzir, em suas Leis Maiores, o princípio da separação dos Poderes, bem como a efetivamente respeitá-lo no exercício de suas competências.

Na concretização deste princípio, a Constituição Federal previu matérias cuja iniciativa legislativa reservou expressamente ao Chefe do Poder Executivo. A Lei Orgânica Municipal, por simetria, reproduziu esse regramento, no que era cabível. Destarte, a eventual ofensa a este princípio pelo Poder Legislativo inquina o ato normativo de nulidade, por vício de inconstitucionalidade formal, em razão da indevida ingerência na esfera de competência exclusiva do Poder Executivo.

Neste contexto, sendo a matéria objeto da proposição analisada da competência legislativa do Município e não se verificando vício de iniciativa, no caso concreto, tem-se por viável juridicamente a proposição examinada, cabendo ao Plenário da Câmara Municipal a decisão de mérito. Além disso, a Assessoria jurídica apresentou Parecer pugnando pela legalidade do Projeto, **não obstante a possibilidade de Veto pelo Executivo Municipal.**

#### III – Técnica Legislativa

Quanto à técnica legislativa, a matéria mostra-se eficiente, sendo desnecessária apresentação de emenda técnica.

Logo, verifica-se que o projeto atende aos requisitos constitucionais, de modo que nada impede sua tramitação.

#### IV – Voto



**ESTADO DE GOIÁS**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

---

PARECER N.º 058/18 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, também pode ser submetido ao plenário.

Por isso, voto pela sua aprovação.

Câmara Municipal de Formosa, 05 de dezembro de 2018.

Relator

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO  
PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Justiça e Redação opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo nº 003/18 ao Projeto de Lei Ordinária n.º 023/18, que deve ser lido e votado no Plenário.

Câmara Municipal de Formosa, 05 de dezembro de 2018.

Presidente



**ESTADO DE GOIÁS**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

---

PARECER N.º 058/18 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

Vice-Presidente

Relator